

UNIDADE DIDÁTICA IV – A EUROPA NO SÉCULO XVIII E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

1. A CRISE DO ANTIGO REGIME E O ILUMINISMO

“Antigo Regime” é a expressão utilizada para se referir ao modelo político, econômico e social praticado na Europa durante a Idade Moderna. O mercantilismo norteando as questões econômicas, o poder político nas mãos dos reis absolutistas e as questões sociais muito latentes como abordado na Unidade Didática I, compõem o que se convencionou, posteriormente, denominar de “Antigo Regime”. A duração temporal do “Antigo Regime” coincidiu com a Idade Moderna: do século XV ao XVIII, período marcado pela busca de acúmulo de capital realizado pelas nações.

A crise do “Antigo Regime” esteve diretamente associada à burguesia emergente, que desempenhou papel primordial nos setores econômico e social. Quanto à política, não desfrutou de qualquer influência. A organização dos burgueses, fossem pequenos, médios ou grandes, ocorreu em toda Europa quase que simultaneamente. O intuito foi buscar igual relevância política na sociedade, transformar a política mercantilista que não beneficiava o crescimento desses grupos. Para tanto, a política precisava ser alterada a fim de possibilitar maior lucro e negociações mais rentáveis aos burgueses.

Na Idade Moderna, uma das grandes consequências da crise do “Antigo Regime” foi a Revolução Inglesa do século XVII, que eclodiu com o esgotamento do modelo político, econômico e social. Foi com a “Revolução Puritana” (primeira parte da Revolução Inglesa) no século XVII que a burguesia ascendeu ao poder na Inglaterra. A Revolução teve início com questionamento do aumento da carga tributária promovida pelo então rei Carlos I, sem a consulta de praxe ao Parlamento. Com isso, desencadeou-se a Guerra Civil Inglesa, entre os partidários do rei Carlos I e o Parlamento, liderado por Oliver Cromwell e apoiado pela burguesia. Começada em 1642, acaba com a condenação à morte de Carlos I em 1649.

Antes da revolução, o poder do rei era absoluto e contestá-lo era um sacrilégio. Depois da revolução, o poder do rei se viu reduzido: o rei existe e reina, mas não governa; quem governa é o Primeiro-Ministro, através do Parlamento. Antes da Guerra civil, o Parlamento não era um órgão permanente da política inglesa, mas uma assembleia temporária e aconselhadora. O monarca inglês podia

ordenar a sua dissolução. O Parlamento era composto por representantes da pequena nobreza e tinha o cargo de recolher os impostos e taxas do rei. O rei recebia os avisos do Parlamento por intermédio dos chamados *Bill of Rights* (declaração de direitos), mas o rei não tinha obrigação de segui-los.

De grande influência nessa guerra, e na Revolução Puritana, foi Oliver Cromwell, líder calvinista que recebeu o título de Lorde Protetor da "*Commonwealth*" da Inglaterra, Escócia e Irlanda, que organizou e liderou o exército que venceu o Rei. Posteriormente, como ditador, procedeu da mesma forma, fechando o parlamento. O retorno à monarquia ocorreu após sua morte, em 1660, porém, com outra configuração, agora controlada pela burguesia, que buscou eliminar o Mercantilismo e implantar o Liberalismo Econômico.

A crise no "Antigo Regime" foi consolidada com a Revolução Gloriosa. Foi um evento histórico que ocorreu no Reino Unido entre 1685 e 1689, na qual o rei Jaime II da dinastia Stuart (católico) foi removido do trono da Inglaterra, Escócia e País de Gales, substituído por sua filha, Maria II e pelo seu genro, o nobre holandês Guilherme, Príncipe de Orange. A Revolução Gloriosa foi um dos eventos mais importantes na longa evolução dos poderes do parlamento e da Coroa inglesa. Com a passagem no parlamento da *Bill of Rights*, foi tornado impossível o retorno à monarquia por um católico, e acabaram as tentativas de retorno ao absolutismo monárquico, ao circunscrever os poderes do monarca. O evento marcou a supremacia do parlamento sobre a coroa. O poder da burguesia foi confirmado na sociedade, na economia e na política inglesa do século XVII.

Todos esses fatores compuseram o quadro benéfico criado para o pioneirismo inglês na Revolução Industrial do século seguinte. Na realidade, foi a Revolução Inglesa que criou, via Revolução Industrial, as condições para a instauração do modo de produção capitalista, e permitiu à marinha inglesa controlar os mercados mundiais.

O Iluminismo, Esclarecimento ou Ilustração teve seus primórdios no Renascimento, identificando a razão humana como a "luz" (daí o nome do movimento), a busca pela explicação racional dos fenômenos. Os filósofos iluministas, como ficaram conhecidos os pensadores do período, tiveram como alvo principal a monarquia absolutista. Combateram também o privilegio de classes e buscaram a liberdade religiosa, através de uma separação clara da Igreja do Estado, tornando-o laico.

O Iluminismo era uma atitude geral de pensamento e de ação. Os iluministas admitiam que os seres humanos estavam em condição de tornar o mundo melhor, mediante introspecção, livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social.

A razão, o conhecimento e a cientificidade foram o caminho percorrido para sair das “trevas”, como chamaram o período anterior. Por isso, o século XVIII ficou conhecido como o século das luzes.

O movimento iluminista foi o marco efetivo da transição do feudalismo para o capitalismo. O movimento criticou severamente o “Antigo Regime”. A liberdade de expressão, de pensamento e da economia foram anseios que formataram, posteriormente, o Estado liberal.

Um dos principais ideais iluministas foi o da igualdade entre os seres humanos, o que contrastava diretamente com o formato da sociedade da época, onde poucos detinham o privilégio, como aqueles desfrutados pelos nobres. Fato que ficou bastante evidente neste trecho de Arruda (2007):

(...) Para eles, todos os seres humanos nascem iguais e são portadores de direitos naturais”. As desigualdades teriam sido provocadas pelo próprio ser humano, no processo de formação da sociedade. Assim, para corrigir as desigualdades, torna-se necessário mudar a sociedade e garantir os direitos naturais do indivíduo, entre os a liberdade, a igualdades perante a lei(...).

Dentre os expoentes iluministas destacaram-se: Montesquieu (1689-1755); Voltaire (1694-1778); Rousseau (1712-1778) e Diderot (1713-1784); e foi com o Barão de Montesquieu que a sociedade conheceu a proposta de divisão da organização do Estado em três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário, forma de organização praticada até os dias atuais. Sua ideia foi a divisão do poder, provocando um rompimento com sistema que estava em vigor na época: a centralização do poder nas mãos de uma pessoa (o rei).

Cada filósofo ou economista em sua área de atuação teve seu papel relevante. Porém, alguns atingiram ampla notoriedade, como foi o caso de John Locke, considerado o “pai” do iluminismo. O empirista inglês foi o autor da teoria da “tabula rasa”, na qual o homem viria ao mundo sem nenhuma noção de saber, conhecimento ou qualquer outro elemento. Para ele, eram os homens todos iguais, tornando-se um produto de suas experiências e vivências. Tomou posição contrária ao absolutismo monárquico e foi o primeiro a pregar o liberalismo.

Na atualidade, talvez um dos mais conhecidos seja Jean-Jacques Rousseau. O mais radical dos iluministas pode ser considerado o precursor do socialismo. Dos iluministas, o crítico mais feroz ao absolutismo acreditava que o poder era do povo e não do soberano, e que este seria apenas um funcionário do Estado a serviço da vontade da maioria. Era defensor ferrenho da república como sistema de governo. Rousseau atribuiu à propriedade privada a desigualdade entre as classes e, por isso, os socialistas e comunistas desenvolveram, posteriormente, uma ligação estreita com seus ideais.

Outro importante expoente iluminista foi Diderot, que contou com a colaboração dos demais pensadores já citados para organizar a famosa *Encyclopédia*, com 28 volumes. O francês Denis Diderot, de inspiração racional e material, combatente feroz das explicações mágicas, organizou essa obra - conjunto de estudos, que teve sua circulação relegada à clandestinidade, considerada pelo governo como promotora dos ideais iluministas. Mesmo nessas condições, a obra teve boa aceitação, considerando também o número mínimo de pessoas letradas no período. Por esta razão, os iluministas também são conhecidos como enciclopedistas.

O também francês François-Marie Arouet, de pseudônimo Voltaire, tornou-se famoso pelas agitações que promovia. Crítico do absolutismo (serviu, porém, a diversos reis) e da igreja, acreditava que o conhecimento, a razão e a cientificidade eram o melhor caminho a ser trilhado pela sociedade.

Paralelamente ao surgimento dos ideais filosóficos surgidos no Século das Luzes e seus expoentes, surgiram novos debates econômicos. Os economistas fisiocratas, como eram conhecidos aqueles que não concordavam com a política intervencionista desenvolvida pelo Estado (preceito do mercantilismo), pregavam a liberdade de comércio e da produção industrial, e acreditavam que a riqueza estava na agricultura.

Em oposição às práticas econômicas do Estado e diferindo mais fortemente ainda que o grupo econômico dos fisiocratas, surgiu Adam Smith, considerado na contemporaneidade o expoente máximo do liberalismo econômico, doutrina abordada em sua obra: *A riqueza das nações* (1776), onde pregou que o trabalho livre, sem interferência do Estado, em setores da economia, seria a única saída para diminuir a desigualdade entre as condições sociais. Pregou que o mercado econômico ideal deveria ser norteador pela “lei da oferta e procura”.

Os ideais iluministas foram amplamente difundidos na Europa e, decorrente disso, surgiu o “despotismo esclarecido” (ou iluminado), que seria a associação do iluminismo e do poder monárquico. Os reis queriam colocar em prática o uso das novas ideias surgidas como uso da razão, a liberdade religiosa, o melhor acesso à educação e um menor intervencionismo na economia, sem deixar, porém, de centralizar o poder em suas mãos. Em linhas gerais podemos dizer que o iluminismo contribuiu para modernização do Estado em alguns setores, principalmente nos países mais jovens ou nos de economia mais atrasada.

Ao contrário da justificativa anterior dos reis, os déspotas se justificavam no poder por serem detentores do saber, da razão. Vários foram os reinados que adotaram o despotismo esclarecido, como os do leste europeu (onde a burguesia era fraca); a Rússia de Catarina II - onde as modificações foram muito poucas, como por exemplo, a liberdade de culto; a Prússia - muito influenciada por Voltaire, onde, no governo de Frederico II, o ensino básico tornou-se obrigatório; a Áustria que, sob o governo de José II, pode ser considerado o país que promoveu as transformações mais significativas, como o fim da escravidão e a obrigatoriedade do serviço militar. Potências colônias como Portugal e Espanha também experimentaram o “despotismo esclarecido”.

As ações dos reis foram muitas, menos no que diz respeito à economia. Os preceitos mercantilistas continuavam a vigorar. Os ideais iluministas também estiveram presentes na colônia brasileira. Os pensamentos de liberdade e igualdade foram premissas observadas nas revoltas coloniais como a de Vila Rica e a da Inconfidência Mineira, como vimos na Unidade Didática anterior de Brasil Colônia.

Naquele momento os ideais iluministas transitaram em diversos países. A rejeição às tradições do “Antigo Regime” e seus demais preceitos abriu caminho para a Revolução Francesa, inspirou seus líderes e forneceu o lema principal da Revolução, muito conhecido em todo o mundo na atualidade: “Liberdade, igualdade e fraternidade”.

2. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS (SÉCULOS XVIII-XIX)

Se analisarmos as principais revoluções da história da humanidade pelo viés econômico e social, podemos concluir que a Revolução Industrial trouxe as modificações mais estruturais para as finanças até hoje ocorridas.

Foi na Inglaterra que se estabeleceu o capitalismo industrial, base econômica instituída pela Revolução Industrial, marco econômico da história mundial. A burguesia de maior influência na Europa do século XVIII, a inglesa, que alcançou posição de destaque depois da Revolução Inglesa (Revolução Puritana somada à Revolução Gloriosa), comandou essa transformação.

O primeiro país a percorrer o caminho da industrialização desenvolveu o cenário necessário para o pioneirismo em revoluções burguesas. Após a Revolução Inglesa, o poder permaneceu nas mãos da “*gentry*”, que promoveu o efetivo cercamento das terras coletivas, beneficiando os grandes proprietários. As terras que couberam aos camponeses, os “*yeomen*”, não foram suficientes para a sobrevivência familiar, o que provocou grande êxodo rural.

A vasta oferta de mão-de-obra disponível na Inglaterra, devido aos cercamentos de terras, provocou a migração dos camponeses para as cidades em busca de emprego. Porém, a substituição de homens por máquinas resultou na redução do número de trabalhadores necessários para indústria. Obviamente, se comparado ao necessário anteriormente, quando o trabalho era realizado artesanalmente, a redução foi mais expressiva.

O capital excedente, que estava nas mãos da burguesia que se consolidava, foi destinado ao aumento da produtividade. Nesse caso, a produção artesanal, que terminava sendo feita em baixa escala, já não era mais suficiente para atender a procura de produtos. O crescimento populacional exigiu maior oferta, ponto onde a burguesia identificou, na industrialização, a chance de aumentar seus lucros.

Além do mercado interno crescente, foi de grande relevância para os ingleses o controle dos mares em que esse mercado se desenvolveu. Essa supremacia marítima garantiu a conquista de espaços do além mar. Negociavam a matéria prima com as colônias (as colônias do norte e inclusive o Brasil), levavam a mesma para a Inglaterra, produziam a baixo custo e comercializavam os produtos novamente com as colônias - porém, já industrializados, o que gerava grande lucro. Conseguiram

assim criar um mercado consumidor externo, onde puderam comercializar produtos praticando preços inatingíveis por outras nações.

O tráfico de escravos africanos - prática de extrema relevância para acumulação da riqueza desenvolvida pelos ingleses, facilitou sua influência e poderio mundiais quando comparada a outras nações do período. Todos esses fatores associados aos demais antecedentes já apresentados forneceram a explicação suficiente para o pioneirismo inglês na Revolução Industrial.

A primeira fase da Revolução Industrial (única que neste momento nos foi relevante) é datada de 1760-1850 e foi vivida apenas pela Inglaterra, que na época era chamada de “oficina do mundo”. Representou a passagem da manufatura para a maquinofatura. Neste sentido, um dos principais fatores determinantes para o pioneirismo ou sucesso experimentado pelos ingleses na Revolução Industrial, foi a existência de grandes reservas naturais de carvão, a energia que movimentava as máquinas a vapor.

A produtividade aumentou quando o trabalho foi dividido. Cada trabalhador ficou responsável por uma parte da produção de determinado artigo, ou seja, ele se especializou em alguma parte produtiva e se alienou das demais. A consolidação da Revolução Industrial ocorreu quando a burguesia centralizou os meios de produção e apenas a força produtiva ficou por conta dos camponeses, agora proletariado ou operariado. Segundo Arruda (2007), a consolidação da Revolução Industrial teria se dado com a não detenção pelo operariado do saber total da produção. A alienação do trabalhador fabril contribuiu, e muito, para o sucesso da indústria.

O surgimento das fábricas em substituição ao trabalho familiar, das ferramentas manuais por máquinas, gerou uma nova relação: burguesia industrial x proletariado, o próprio marco divisório representado pelo capital industrial no lugar do mercantil, foram fatores que promoveram um embate de classes bastante vigoroso, até mesmo mais latente do que aqueles vividos durante a Idade Moderna, tendo em vista sua larga escala.

Mulheres e crianças foram utilizadas como força produtiva. Num dado momento os ideais revolucionários franceses penetraram na sociedade inglesa e construíram organizações, de caráter reivindicatório, com o intuito de amenizar e de regular os regimes trabalhistas. Com relação ao regime de trabalho, os operários das fábricas trabalhavam em torno de dezoito horas/dia, num ambiente inóspito. Trabalhadores e desempregados, em sua maioria os últimos, formaram grupos para

lutar por melhores condições de trabalho, criando assim uma espécie de sindicato, embrião do que hoje conhecemos. Foi neste período que iniciou a instituição e o caos do desemprego, levando países a passarem por diversas crises em momentos históricos diferentes, em todo o mundo, todos sofrendo com a pouca oferta de emprego.

3. A INDEPENDÊNCIA DOS EUA

Decorrente da crise do “Antigo Regime” e dos ideais iluministas, o continente americano experimentou sua primeira independência, marco na história mundial e principalmente das Américas.

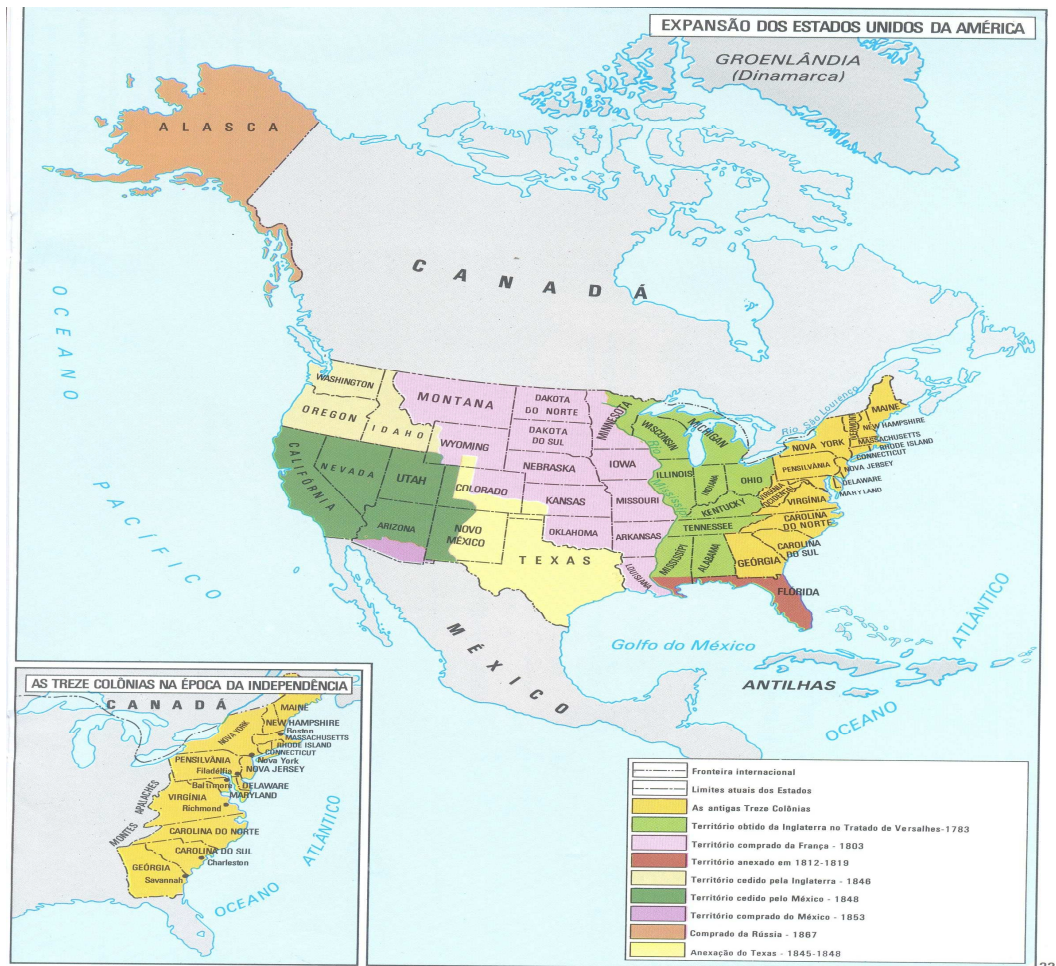
A colonização inglesa na América do Norte estava dividida da seguinte forma: as colônias do Norte, ou Nova Inglaterra (como também era chamada): Massachusetts, Nova Hampshire, Rhode Island e Connecticut; do Centro: Pensilvânia, Nova York, Nova Jersey e Delaware; e do Sul, ou Virgínia, Maryland, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia, como podemos visualizar no mapa abaixo. Ao todo, o território estava ocupado por mais de 2 milhões de colonizadores.

O crescimento colonial despertou especial interesse da metrópole e surgiram atritos, inclusive, fruto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), na Europa, onde ingleses se apoderaram das colônias francesas localizadas a oeste de suas colônias do norte, na América. Em função dos custos gerados pela guerra, os ingleses iniciaram as modificações na política praticadas na Nova Inglaterra. O aumento de taxas e impostos, associado ao controle militar que começava a se configurar e ao surgimento de novas cobranças (a Lei do Açúcar, do Selo, do Chá e as Leis Intoleráveis) foram decisivos para aumentar o descontentamento nas colônias.

Decorrente da nova postura assumida pela metrópole, ocorreu a reação colonial. De início as revoltas e ações ficaram por conta dos comerciantes que viram seus negócios diminuírem. Num segundo momento, quando as ações inglesas incidiram sobre os agricultores, não tardaram esses em unir-se aos primeiros.

O momento nas colônias, principalmente nas do Norte, foi de contestação de todos os gêneros, fossem o do direito legislativo do Parlamento inglês, ou mesmo da Lei de Aquartelamento, a qual exigia dos colonos alojamento e transporte para as tropas inglesas quando enviadas à colônia, e que esses se recusavam a cumprir. Na verdade, a questão primordial era a própria rigidez que tinha atingido o pacto

colonial. A metrópole vivia agora no capitalismo e não podia permitir o crescimento das colônias. Tinha que bloquear a concorrência que se estabeleceu entre o comércio colonial e o metropolitano.



MAPA 1: Expansão dos Estados Unidos da América

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A.¹

Foi nas colônias do Norte que houve a primeira ruptura com a Inglaterra. A tal autonomia de que desfrutavam essas colônias e as do Centro propiciaram um distanciamento das relações coloniais, devido ao modelo de produção que ali se desenvolveu. Esses colonos desenvolveram parcerias comerciais, visto que a metrópole, até então, não praticava na região o “exclusivo comercial”. Surgiram triangulações comerciais; os colonos compravam manufaturas, trocavam por

1

1. ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas Histórico**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.p. 23

escravos, negociavam mercadorias com outras colônias e, inclusive, com a própria Inglaterra, exportando sua produção, mesmo que familiar.

Influenciados pelos ideais iluministas, a independência dos EUA é considerada o primeiro movimento emancipatório colonial, caracterizando a ascensão da burguesia já constituída no poder. Mesmo com as diferenças regionais (colônias do sul, centro e norte), a América do Norte uniu-se com único fim: a independência.

Com o intuito de banir as Leis Intoleráveis, os colonos realizaram o *Primeiro Congresso Continental da Filadélfia* em 1775 (o segundo em 1776 - este último separatista), onde já contavam com a colaboração de Thomas Jefferson (autor da Declaração de Independência), então delegado eleito pela colônia da Virginia. Uma série de reivindicações foi encaminhada à coroa inglesa, e dentre elas, a solicitação de representação no Parlamento inglês.

O não atendimento das solicitações coloniais por parte da metrópole fez eclodir de fato a luta armada, além do definitivo boicote aos produtos ingleses. Protestos e movimentos de independência estavam em toda parte, nesse momento. As colônias do sul se posicionaram pró-independência. O conflito foi inevitável.

Os colonos, num primeiro momento, perderam algumas batalhas. A primeira vitória, na batalha de Saratoga, deu-lhes novas perspectivas, somada, é claro, à participação fundamental da França que, por sua vez, buscou apoio Espanhol. Primeiramente a França, seguida da Espanha, entraram na guerra e reconheceram a independência dos EUA. Tinham por objetivo enfraquecer a Inglaterra no cenário internacional, que na época era a potência absoluta. O apoio de nações constituídas foi decisivo para o sucesso da independência. França e Espanha também obtiveram benefícios locais com a independência dos EUA. Receberam territórios no cenário pós-independência.

Foi, no dia 04 de julho de 1776, que as colônias inglesas na América declararam sua independência. Visivelmente, os preceitos utilizados por Jefferson foram, uma associação do liberalismo inglês com o iluminismo francês. Nela estão contidos os pensamentos que integraram o novo campo das ideias. Após cinco anos de conflito armado, a independência de fato ocorreu, particularmente, pelas mãos de George Washington. Os EUA, uma República, experimentou a teoria da divisão dos três poderes de Montesquieu.

Somente dois anos mais tarde os ingleses assinaram o Tratado de Versalhes, onde reconheceram a independência das treze colônias americanas, agora EUA, a primeira colônia independente da América. A Constituição dos EUA já havia sido promulgada, imbuída de espírito republicano. A Constituição Americana perdura até os dias atuais, influenciando fortemente constituições de outros países, inclusive a brasileira.

4. A REVOLUÇÃO FRANCESA

Segundo Crouzet (1995), "Está desencadeada, portanto, a 'guerra dos pobres contra os ricos'".

A França, ao final do século XVIII, possuía uma organização social remanescente da Idade Média, uma monarquia absolutista e relações do tipo feudal. Mesmo assim não ficou imune aos ideais iluministas e à influência da Revolução Industrial Inglesa, que tomaram de assalto a Europa.

A organização social francesa dividia os componentes da sociedade em três estados. O primeiro estado composto por clérigos (pequena porcentagem), o segundo pelos nobres (número também inexpressivo) e o terceiro estado, este composto pela maioria absoluta da população. Eram pertencentes a este último estado a burguesia, detentora dos recursos financeiros que sustentavam os demais estados. O recolhimento era efetuado por uma rede de impostos e taxas cada vez maior, necessários para manter os privilégios do clero e da nobreza.

O embate entre a burguesia, que sustentava o estado francês (e seu aparato) e o sistema absolutista era acentuado. A burguesia responsável pela arrecadação financeira do estado reivindicou participação política e o fim dos privilégios mantidos pelo primeiro e segundo estados. O sistema vigente, o absolutista, não teve como ser conciliado com os anseios burgueses, cada vez mais latentes.

Os fatores que se somaram para eclosão da Revolução foram diversos: condições naturais adversas, produtividade versus preço dos produtos, beneficiamento através de reduções alfandegárias a entrada de produtos industriais estrangeiros no país, não permitindo concorrência, visto a pequena indústria francesa comparada à inglesa.

A burguesia não foi a única a ser atingida pela crise francesa. As classes populares também sentiram os efeitos da política praticada pela Nação: desemprego, fome, déficit decorrente do apoio francês à guerra de independência das treze colônias norte-americanas, em suma o Estado francês ficou falido e alguém precisou pagar a conta.

A saída encontrada pelo primeiro e segundo estados foi aumentar a tributação sobre o terceiro estado. Este foi o momento da proclamação da Assembleia Nacional (que posteriormente transformou-se em Assembleia Constituinte) pelo terceiro estado, com o apoio de alguns nobres e clérigos atingidos pelo iluminismo. A Constituição previu modificações estruturais na organização da sociedade, confisco de bens, abolição da servidão (porém, a escravidão colonial foi mantida), descentralização do poder e outras, nos mais diversos setores.

Mas não havia como a monarquia permanecer no poder. A Revolução se alastrava com os camponeses fazendo parte do movimento. Quanto ao primeiro e segundo estados, o quadro ficou crítico: propriedades foram tomadas, bens confiscados e inclusive o próprio Palácio de Versalhes foi tomado, obrigando o então Rei Luís XVI a refugiar-se em Paris. O embate emanou de três setores que compunham a Revolução: os *sans-cullotes* (populares), os girondinos (alta burguesia) e os jacobinos (pequena e média burguesia). Os *sans-cullotes* queriam a estabilização de preços dos alimentos e eram a maioria, enquanto os girondinos não queriam a ascensão dos populares e ainda apoiavam-se na monarquia e no Rei. Por sua vez, os jacobinos eram moderados e estavam entre os dois grupos anteriores.

Os ideais revolucionários se espalharam pela Europa e outros Estados também experimentaram movimentos revolucionários. Ameaçados, os déspotas se uniram para realizar a contra-revolução.

Foi nesse cenário social que se deu a invasão austro-prussiana, com apoio oculto de Luís XVI, na tentativa de retomar o controle e o poder do território francês. No entanto, os invasores foram fortemente combatidos e exterminados pelos populares. O poder ficou nas mãos dos jacobinos, para o temor da nobreza e de todos os contrários ao ideário revolucionário. Tribunais instaurados julgaram, condenaram e executaram todos aqueles considerados inimigos da Revolução. Cada vez mais ameaçados, os outros Estados europeus formaram a Primeira Coligação, novamente com o intuito de retomar a França das mãos dos revolucionários. As monarquias europeias ficaram em pânico.

O Tribunal o qual todos temiam cometeu excessos e executou, inclusive, os apoiadores da Revolução, aumentando em muito a ruptura entre os grupos participantes. Os interesses comuns das distintas classes que compunham o terceiro estado começaram a entrar em conflitos. Inicialmente todos lutaram pelos mesmos ideais, mas a partir dessa ruptura os interesses se distanciaram.

Esse foi um cenário de grandes transformações sociais na França. Essas transformações influenciaram e repercutiram na Europa. Os gêneros alimentícios foram tabelados, houve a criação de escolas e uma ampla reforma agrária. Nas Américas foi abolida a escravidão colonial francesa. Porém, as modificações não reduziram as condenações à morte de um número crescente de partidários da Revolução, o que resultou na perda de apoio das massas aos jacobinos. Com isso, houve o retorno da alta burguesia ao poder pelas mãos dos girondinos.

A cada novo comando uma nova constituição era promulgada. Transformações retornaram o modelo anterior, e os populares perderam muito com isso, principalmente em função da liberação do preço dos alimentos. As colônias francesas também retrocederam e a escravidão foi reinstaurada.

Observando o bom momento para as classes mais altas, nova tentativa de golpe ocorreu, para a restauração da monarquia, o que acabou viria a conduzir ao fim da Revolução. Os contra-revolucionários foram vencidos pelo General Napoleão Bonaparte, convidado, posteriormente, a fazer parte do governo. No ano de 1799, Bonaparte deu o golpe de Estado e autoproclamou-se imperador Napoleão I.

A Revolução Francesa diferiu por sua intensidade e teve como marco inicial a tomada da Bastilha (local onde o Rei aprisionava os opositores) no ano de 1789. Por mais que efetivamente a Revolução tenha sido promovida por populares, foi sem dúvida de origem burguesa.

5. A ERA NAPOLEÔNICA

No poder durante quinze anos, Napoleão Bonaparte foi de general a imperador. Seu governo caracterizou-se por três fases, iniciando com o Consulado (1799-1804). Nessa primeira fase, o executivo do Estado foi comandado por Napoleão, eleito primeiro cônsul da República, ao lado de outros dois cônsules. Bonaparte logo criou instituições democráticas. No entanto, foi ele próprio quem efetivamente governou. Também nomeou os membros do poder público, foi

comandante do exército e ainda conduziu a política externa. Ao seu lado estava a alta burguesia. Os anseios que inspiraram os ideais revolucionários dos *sans-cullotes* foram relegados. Toda e qualquer oposição ao governo foi combatida.

Durante o consulado, no que tange à economia, as modificações foram vistas como positivas. Foi no ano de 1800 que se deu a criação do Banco da França e que foi contida a inflação que se abateu sobre o Estado Francês. O comércio e a indústria foram fortalecidos pelo estímulo do consumo de produtos locais e houve forte tributação sobre as importações.

Na área da educação, o ensino passou a ter importância fundamental na formação do povo francês. De grande relevância para as transformações do período, foi à elaboração do Código Civil (ou Código Napoleônico como também ficou conhecido). É claro que no código foram contemplados os interesses burgueses. Porém, houve também preceitos de igualdade perante a lei. A relação do Estado com a Igreja também sofreu modificações. Napoleão amparou o clero, porém os nomeou. No entanto, confiscou em totalidade as terras da Igreja Católica.

Após estas medidas que em geral beneficiaram as elites francesas e de alguma forma trouxeram estabilidade à França, depois de tantos anos de revolução, Napoleão foi proclamado cônsul vitalício após três anos de seu governo. A vitaliciedade significou um retorno à monarquia. Então, no ano de 1804, iniciou o Império Napoleônico, que durou cerca de dez anos. O apoio dos camponeses foi garantido com a reforma agrária, realizada com as terras confiscadas da Igreja e com a realização de obras nos diversos setores de infraestrutura.

Houve o término da Revolução Francesa e a extinção ou supressão dos órgãos republicanos instituídos, o que significou o retorno de fato à monarquia. O imperador atuou nas mais distintas esferas. O retorno dos velhos laços da igreja com a monarquia ocorreu para justificar a submissão dos súditos. Dessa forma, com absoluto controle interno, Napoleão colocou em prática seu plano expansionista para a França, buscando torná-la a maior potência europeia desbancando a Inglaterra, que era a maior potência industrial e naval do período. A expansão napoleônica deu-se por terra, conquistando, inclusive, o Sacro Império Romano-Germânico e, posteriormente, a Espanha e Portugal. Para efetivo enfraquecimento inglês, Napoleão aplicou o “exclusivo comercial”. Aqueles países submetidos à França foram obrigados a cortar suas relações comerciais com a Inglaterra e comercializar somente com a França. Os que descumpriram as ordens de fechamento dos portos

e extinção das negociações foram efetivamente invadidos como foi o caso de Portugal. Foi naquele momento que ocorreu a transferência da corte portuguesa para o Brasil, no ano 1808, quando os franceses invadiram Portugal.

Já no ano de 1810, praticamente toda a Europa ficou sob domínio napoleônico, como podemos visualizar no mapa abaixo². As batalhas sucessivas e as vitórias do exército napoleônico foram esmagadoras.

A invencibilidade do exército francês de Napoleão Bonaparte terminou com a sua derrota na Campanha da Rússia, em 1812. Apesar de ter derrotado o exército russo na batalha de Borodino e ter ocupado a cidade de Moscou, o rigoroso inverno destruiu a capacidade de combate dos franceses, obrigando-os a abandonar a Rússia. Outras nações europeias uniram-se aos russos para derrotar Napoleão e tiveram êxito, a partir da Batalha de Leipzig. No ano de 1814, Napoleão foi para o exílio na ilha de Elba. A situação interna e externa conflituosas pelo poder na França possibilitaram o retorno de Napoleão Bonaparte à Paris para o curto “Governo dos Cem Dias”, no ano 1815. A derrota efetiva veio pelas mãos inglesas na Batalha de Waterloo.



Internamente, a condição de Napoleão ficou crítica. A nobreza buscou restaurar a monarquia, aquela do “Antigo Regime”, devolvendo o trono ao irmão de Luís XVI, deposto com a Revolução, com o apoio de outras nações envolvidas na retomada da França: Prússia, Áustria, Rússia e Inglaterra, que convocaram o Congresso de Viena. O povo francês não aceitou o retorno ao antigo modelo de governo derrubado na Revolução Francesa e o caos interno tomou conta da França novamente.

De um lado, os ideais revolucionários foram difundidos e, de outro, os reis buscaram conter o avanço revolucionário. Esse foi o principal intuito do Congresso de Viena e da Santa Aliança. As nações buscaram, com o Congresso de Viena, reorganizar a Europa, retornando ao modelo anterior à Revolução Francesa. A ideia inicial foi restabelecer os limites territoriais, porém as maiores nações foram beneficiadas com anexações estratégicas.

Como consequência do Congresso de Viena (1815), criou-se a Santa Aliança³, que embora apresentasse preceitos de cristandade para justificar sua criação, podemos defini-la como um aparelho militar criado para fazer valer as aspirações definidas no Congresso. Inicialmente, foi composta pela Áustria, Rússia, Prússia e França. Posteriormente, os demais governantes convidados assinaram o tratado, com exceção do inglês.

O combate às ideias liberais da burguesia e aos movimentos nacionais populares atraiu esses governantes. O objetivo claro da Santa Aliança foi retornar e manter no poder as monarquias absolutistas na Europa. As aspirações plantadas pela Revolução Francesa foram suprimidas pelos exércitos da Santa Aliança. Onde quer que houvesse ideais revolucionários, a Santa Aliança os combateu.

O retorno ao modelo colonial levou a Santa Aliança a ruir. A não participação inglesa no acordo - o império inglês negociava com as colônias livres da América, pois necessitava desse mercado - enfraqueceu a Aliança com passar do tempo. O não restabelecimento das colônias americanas prejudicou seu prestígio frente aos movimentos revolucionários. Seu insucesso no controle dos gregos em sua resistência à dominação turca fatalmente acabou com a Santa Aliança, que ainda buscava definir a geografia da Europa.

³Veja na íntegra: <http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/staalnc.PDF>

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2007. 728 p.

ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas Histórico**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.p. 48.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações: O século XVIII: o último século do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. V. 11.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações: O século XVIII – Perante a Revolução**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. V. 12

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8. ed. São Paulo: Atual, 2003. 602 p.

MAGNOLI, Demétrio. Congresso de Viena (1814-1815). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

Santa Aliança. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/staalnc.PDF>>. Acesso em: 02 mar 2009.

Constituição Americana. Disponível em: <<http://www.braziliantranslated.com/euacon01.html>>. Acesso em: 02 mar 2009.

Declaração de Independência dos EUA. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/07/Us_declaration_independence.jpg>. Acesso em: 02 mar 2009.